

Constituintes reúnem forças para luta em plenário



Arinos vê no parlamentarismo a superação da crise institucional

Para Arinos, a crise é de falta de confiança

Rio — O senador Affonso Arinos (PFL-RJ), que foi presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, disse que "há hoje no Brasil uma crise de falta de confiança nas instituições, que poderia ser resolvida logo se fosse adotado o sistema parlamentarista de governo". "Estamos vivendo atualmente um clima de pessimismo e de desesperança. Não atingimos o desespero, mas falta pouco", disse o senador ao analisar a crise brasileira.

Para ele, "as Forças Armadas têm consciência perfeita do fracasso da sua experiência política durante 20 anos, e estão muito cuidadosas quanto a eficácia da sua intervenção". Já a Igreja, segundo o senador, está "com uma posição política radical".

"Eu sinto o radicalismo social e ideológico da Igreja. Grandes setores da Igreja estão assumindo posições iguais aquelas de setores não religiosos", acrescentou Affonso Arinos, que se confessou confiante na possibilidade de o sistema parlamentarista de governo sair vitorioso do plenário da Constituinte.

O presidencialismo, na opinião do político que no passado apoiou este sistema de governo, "só deu certo nos Estados Unidos, onde correspondeu as condições daquele país, e onde a Suprema Corte funciona como um instrumento regulador do poder".

Affonso Arinos discordou da opinião de alguns políticos de que seria uma frustração para o povo a realização de uma eleição presidencial após mais de 20 anos, com um sistema de governo em que o presidente da República já não terá um poder expressivo no plano da administração do País.

"Não é verdade. O projeto da Comissão de Sistematização prevê que o presidente da República participará da política externa, será o comandante supremo das Forças Armadas e terá influência no governo", disse, em tom enfático, o senador, ao manter a defesa do parlamentarismo como forma de governo que a seu ver melhor corresponde as necessidades nacionais em termos de garantia da estabilidade, evolução política e superação da crise.

"Centrão" já se preocupa com a imagem

Os líderes do "Centrão" estão preocupados com a imagem do grupo que vem sendo divulgada pela imprensa. Por isso pretendem reunir, terça-feira, em Brasília, alguns dos seus articuladores para discutir o assunto. A informação foi prestada ontem por um dos líderes do grupo. Ele observou que isso ocorre também devido ao fato de seus integrantes não estarem ocupando espaço nos órgãos de comunicação, o que as esquerdas estão fazendo com maior competência.

A coordenação do "Centrão" já começou a estudar o tratamento que vem sendo dispensado ao grupo pela imprensa de um modo geral. Mas já há a convicção de que essa imagem vem melhorando.

A estratégia das lideranças do "Centrão" é ocupar espaços, divulgando quais são suas propostas, de modo a neutralizar a imagem conservadora que vem sendo veiculada por alguns órgãos de comunicação, o que poderá causar problemas junto às bases eleitorais dos seus integrantes.

Silvio Donizzetti



Os três principais grupos existentes dentro da Constituinte ("Centrão", "Centrinho" e Grupo dos 32) vão passar o recesso parlamentar que começou ontem e vai até o dia 4 de janeiro, trabalhando nas emendas ao projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. O projeto começará a ser votado pelo plenário da Casa logo que sejam concluídas as mudanças no Regimento Interno.

Segundo o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do "Centrão", o grupo estará recebendo emendas dos seus membros até o dia 24 deste mês, através de uma comissão especialmente criada para tratar do assunto. Após esta data, os conservadores estarão colhendo assinatura de seus 3.6 integrantes — segundo dados do próprio Daso — para a apresentação de emendas em bloco relativas a cada um dos nove títulos do projeto de Constituição.

O deputado pelo Rio de Janeiro assinalou que as principais alterações defendidas pelo "Centrão" estão ligadas às questões trabalhistas, direitos individuais e coletivos, conceito de empresa nacional, privatização do ensino, permissão para que empresas estrangeiras continuem a operar no setor de distribuição de petróleo e privatização, em parte, da área de saúde.

Restrições

Nas questões trabalhistas, os conservadores admitem no máximo que a remuneração da hora extra seja estipulada em 50% do valor da hora normal, enquanto o projeto de Constituição prevê 100%. O grupo defende ainda a jornada de trabalho de 44 horas semanais, como foi aprovada na Comissão de Sistematização, e no lugar de garantia no emprego as dispensas serão cobertas pelo



Daso: recolhendo as emendas

FGTS e por indenização progressiva ao tempo de serviço. Enquanto as esquerdas querem 180 dias para licença gestante, os centristas acham que o assunto deve ser regulado por lei complementar. Na questão da imprescritibilidade das causas trabalhistas, a proposta é a de que seja estipulado um prazo de até cinco anos para que o empregado possa recorrer dos seus direitos na Justiça do Trabalho.

No capítulo da Ordem Econômica, o "Centrão" propõe um conceito de empresa nacional que praticamente iguale aquelas originalmente criadas no País com as que vierem aqui se instalar. Segundo os conservadores, empresa nacional é toda aquela constituída sob leis brasileiras e que tem no País a sua sede e administração, podendo ser de capital brasileiro ou não.

Na questão da mineração, o grupo abre a possibilidade da pesquisa e lavra mineral também as multinacionais, uma vez que as empresas estrangeiras não terão

dificuldades em ser conceituadas como firmas brasileiras.

"Centrinho"

O "Centrinho", ou "Grupo do Entendimento", formado por parlamentares moderados, relacionou 15 pontos polêmicos que deverão concentrar as discussões em plenário. Deste total, seis se referem ao capítulo dos Direitos Sociais. A estratégia do grupo é a de solucionar pelo menos quatro deles — jornada de trabalho, imprescritibilidade das ações trabalhistas, hora extra e estabilidade —, o que resultaria no esvaziamento do "Centrão". Além destes pontos, os moderados defendem ainda a obrigação da empresa com mais de 50 empregados ter 10% dos seus empregados acima dos 45 anos, e a licença-maternidade de quatro meses, o que é considerado, pelo grupo, assimilável pelas empresas.

Já o Grupo dos 32 está trabalhando numa nova versão do seu projeto "Hércules", que tenta mediar um entendimento entre o "Centrão" e o "Centrinho". Na proposta divulgada na última sexta-feira, porém, as proposições relativas às questões trabalhistas se aproximavam mais das teses dos conservadores do que dos progressistas. O "Hércules" IV prevê hora-extra mínima de 50%, sendo que os valores acima deste número devem fazer parte de um acordo entre patrão e empregado; licença-gestante de 120 dias, conforme estabelece o projeto de Constituição; imprescritibilidade das ações trabalhistas em cinco anos — na legislação atual são dois anos —, e relação de emprego protegida contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

De acordo com o senador Virgílio Távora (PDS-CE), a definição da empresa nacional foi feita de forma a dar prioridade às firmas brasileiras, sem, no entanto, criar qualquer tipo de xenofobia quanto às empresas estrangeiras. O projeto tem 285 artigos, sendo 232 nas disposições permanentes. O atual projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização tem 271 artigos nas disposições permanentes e 63 na parte transitória.